

Educação perde mais

Rio — O corte de 12,3% no Orçamento foi recebido como derrota no Ministério da Educação. O ministro Paulo Renato Souza já tinha dito que não concordava nem com o corte de 10% indicado pela equipe econômica no anúncio do ajuste. O secretário-executivo do MEC, Luciano Patrício, dizia que seria impossível cortar R\$ 465 milhões (10%) tirando um pouco de cada programa e que a solução seria acabar com dois ou três grandes programas.

Com o corte confirmado em R\$ 574 milhões, o ministério ainda não sabe o que fazer. Paulo Renato continuou ontem tentando negociar no governo o que considera a melhor solução: transferir as despesas com hospitais universitários para a Saúde. O ministro disse a amigos que esse remanejamento de fontes diminuiria em R\$ 400 milhões o corte no ministério. Os outros R\$ 170 milhões seriam mais facilmente reduzidos de seu orçamento.

Embora não tenham sido diretamente atingidos pelo corte, estados e municípios também serão prejudicados. Na versão original, o governo previa que as transferências de verbas para prefeitos e governadores seria de R\$ 27,7 bilhões em 1999.

A nova previsão é que esses repasses — previstos na Constituição — não passarão de R\$ 24,7 bilhões. A queda vai ocorrer porque mudaram os parâmetros sobre os quais o orçamento é elaborado.

Na versão inicial, o governo estimava taxas de juros de 20,8% no ano e agora elevou a estimativa para 24,7%. Já o Produto Interno Bruto (PIB) — soma de riquezas produzidas no país em doze meses — deveria crescer 4% e a inflação seria de 3,87%. Agora a previsão é de que a inflação será de 2% e que PIB terá um queda de 1% no próximo ano. Com isso, mudou a estimativa de arrecadação de tributos. A previsão de receita do Imposto de Renda, por exemplo, passou de R\$ 40,7 bilhões para R\$ 37,4 bilhões.